

Tribuna BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários do Ceará | Edição nº 1555 | 21 a 26 de janeiro de 2019

 www.bancariosce.org.br

 [bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)

 [bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)

 [seebce](https://www.facebook.com/seebce)

 85 99129 5101

A ORDEM É COMBATER A NOVA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



A proposta perversa de reforma da Previdência do governo ameaça o direito a aposentadoria de milhões de brasileiros. As Centrais vão resistir (págs. 4 e 5)



O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, questiona a real necessidade do direito do cidadão possuir uma arma. Será esse o melhor caminho para combater a violência?. **Leia na página 2**

Artigo

ARMAR A POPULAÇÃO É TRANSFERIR A RESPONSABILIDADE DA SEGURANÇA PARA O CIDADÃO!

No último dia 15/1, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) assinou decreto flexibilizando o acesso à posse de armas. Mas é realmente necessário dar ao cidadão o direito de ter uma arma? Esse é mesmo o melhor caminho para combater a violência?

Segundo o decreto estão mantidos os requisitos do Estatuto do Desarmamento para se ter uma arma de fogo, como ser maior de 25 e sem antecedentes criminais, entretanto, a Polícia Federal deixou de ser a autoridade máxima quanto à possibilidade de autorizar o pedido de posse. Ficou ainda estabelecido que pessoas morando em áreas urbanas com índices anuais de mais de 10 homicídios por 100 mil habitantes, segundo dados de 2016 apresentados no Atlas da Violência 2018, podem ter a posse de até quatro armas de fogo. Também está estabelecido o mesmo para agentes de segurança (mesmo os inativos), militares, agentes penitenciários, entre outros. O porte, ou seja, a autorização para transportar e carregar a arma consigo, continua proibido.

Na prática, o decreto abriu o caminho para toda a população se armar, já que todos os estados e o Distrito Federal têm índices superiores a 10 homicídios por 100 mil habitantes. Segundo o Atlas da Violência de 2018, o país registrou 62.517 homicídios em 2016, uma média de 30,3 mortes por 100 mil habitantes. No entanto, acreditamos que, longe de resolver o problema da violência, a medida do novo presidente pode resultar em aumento dos índices de homicídios, sobretudo relativo à violência doméstica, além do fortalecimento das facções criminosas.

Vivemos hoje uma guerra urbana e existem territórios onde o Estado até tenta, mas não consegue impor a sua autoridade o tempo inteiro. Tememos que, com essa medida, o crime organizado acabe saindo fortalecido, trazendo consequências ainda mais trágicas para a sociedade. A maior quantidade de armas em circulação acabará, de uma forma ou de outra, nas mãos de facções criminosas, apontadas por especialistas como as grandes vilãs da violência desenfreada no país.

Dessa forma, a medida aumentará a violência e não impedirá a ocorrência de crimes. Segundo dados do Ministério da Saúde e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 1980 até 2003 (antes do Estatuto do Desarmamento, quando era possível, sem muita burocracia, comprar uma arma em lojas de artigos esportivos), as taxas de homicídios cresciam vertiginosamente, com alta de aproximadamente 8% ao ano. O Estatuto do Desarmamento salvou mais de 160.000 vidas, de acordo com o Mapa da Violência 2015. Atualmente a taxa está em 29,9 o que indica que o desarmamento não reduziu drasticamente os homicídios, mas estancou seu crescimento.

Armar a população é uma tentativa de passar a responsabilidade pela segurança pública para o cidadão comum e a taxa de violência pode vir a aumentar. Para diminuir a violência no País é preciso investir em inteligência, nas esferas federal e estadual, para que as forças de segurança coíbam a ação do crime organizado. É necessário criar políticas públicas contra a violência e não transferir essa situação para o cidadão comum.



Carlos Eduardo,
*presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*

HISTÓRIA

CAIXA COMPLETA 158 ANOS: O QUE OS EMPREGADOS TÊM A COMEMORAR?

A Caixa Econômica Federal completou 158 anos de existência no último dia 12 de janeiro. Apesar de a sociedade brasileira ter muito a comemorar com esse banco 100% público, os empregados se preparam para lutar pela manutenção dos direitos arduamente conquistados. Relembre a história:

PRIMEIRO CONECEF E GREVE DAS 6 HORAS – O início do Congresso Nacional dos Empregados da Caixa remonta a 1985. Em outubro do mesmo ano foi deflagrada greve histórica, a primeira na Caixa com 100% de adesão. A mobilização assegurou a jornada de 6 horas e garantiu o direito dos trabalhadores se organizarem em sindicatos de bancários.

ANOS 1990 – Foram marcados pela mobilização e resistência dos empregados contra os governos privatistas neoliberais. Fernando Collor de Melo demitiu 2,5 mil empregados concursados, mas a readmissão de todos os demitidos foi uma das principais conquistas da campanha salarial de 1990. No governo FHC na Caixa eram 65 mil trabalhadores em 1994 e caiu para 55.691 no final do governo FHC. Os empregados amargaram diversas campanhas com reajuste zero.

CONQUISTAS DE NOVOS DIREITOS – Nos governos Lula e Dilma houve fortalecimento da Caixa. A luta dos empregados surtiu efeito e o diálogo com o governo federal se tornou permanente e efetivo. Os empregados conquistaram, entre outros direitos, o Saúde Caixa; a democratização da Funcef; o Novo Plano, único Plano de Previdência Complementar aberto às novas inscrições de empregados; o Plano de Cargos e Salários 2008; e a PLR Social em 2010.

NOVOS ATAQUES – A partir do golpe



de 2016, tiveram início novos ataques contra a Caixa 100% Pública e seus empregados, com corte de empregados através dos planos de aposentadoria e demissões voluntárias, tentativa de abertura de capital e fatiamento do banco público. A campanha salarial de 2016 manteve os direitos por dois anos e abriu a discussão sobre descomissionamentos.

Em 2018, numa campanha vitoriosa, os empregados da Caixa conquistaram, após duras negociações à frente o Comando Nacional da categoria, aumento real, manutenção de todos os direitos, Saúde Caixa, PLR na regra Fenaban e PLR Social, além de novas conquistas como a vedação à empresa de descomissionar mulheres em período gestacional e na licença-maternidade; e licença “gala” de oito dias também para união estável.

2019 PROMETE MUITA LUTA – O novo presidente da Caixa, o privatista Pedro Guimarães, assumiu confirmando que deve fatiar e vender partes do banco público. Isso também ameaça empregos e direitos, o que exigirá dos empregados da Caixa muita unidade e mobilização.

“A Caixa 100% pública e social é a que interessa ao Brasil. Qualquer retrocesso



nesse perfil vai beneficiar somente o setor privado, que visa o rentismo, sem qualquer preocupação com o social e a vida dos mais pobres. Neste momento em que a Caixa chega aos 158 anos enfrentando sérias ameaças, não há outro caminho a não ser o da resistência. Mais uma vez, é hora de conscientizar e lutar. Só assim será possível que a Caixa permaneça a serviço de quem realmente importa: o povo brasileiro”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e da Fenaec

PROPOSTA DE REFORMA DA PARA A CLASSE

As propostas que serão enviadas ao Congresso Nacional por Jair Bolsonaro (PSL-RJ) para a reforma da Previdência praticamente acabam com o direito à aposentadoria de milhões

Modelo de capitalização empobrece a população

A proposta de reforma da Previdência do atual governo, a ser enviada ao Congresso Nacional em fevereiro, representa um retrocesso sem precedentes ao tratar a seguridade social como mera questão financeira e não uma ferramenta de proteção social.

A maior e mais dura ameaça vem da inclusão de um regime de capitalização no modelo previdenciário brasileiro. A medida visa obrigar todos os trabalhadores a destinar mensalmente uma parte do seu salário em uma conta de capitalização individual, sem nenhuma contrapartida patronal. Esse modelo foi adotado em 1981, no Chile, na ditadura do general Augusto Pinochet e redundou num grande fracasso.

Como resultado disso, a maioria dos trabalhadores no Brasil terá dificuldades para conseguir se aposentar. A vigora o regime de capitalização, a suspeita é de que a informalidade no mercado de trabalho torne-se uma rotina, com mais da metade recebendo uma aposentadoria inferior ao salário mínimo.

A tendência de isto acontecer é imensa, já que caberá a cada trabalhador administrar uma espécie de poupança para ter direito a usufruir o benefício da aposentadoria. Atualmente, o modelo brasileiro de previdência é financiado por

um tripé formado por contribuições do governo, empregados e empregadores. A contribuição do segmento empresarial é feita por meio da folha salarial e representa 70% da fonte de custeio.

Fim do modelo de repartição

Em tramitação no Congresso Nacional, e concebida ainda no governo Temer, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 287) prevê idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres, estendendo-se para 15 anos o tempo mínimo de contribuição para ter direito à aposentadoria. Será levada em conta ainda a média de contribuição de todos os salários. Hoje, o mecanismo utilizado inclui a média dos 80% maiores salários de contribuição.

Hoje, quem paga a previdência é o empregado e o empregador. No novo modelo defendido pelo governo não haverá mais contribuição do empregador, cabendo ao empregado contribuir com o seu fundo pessoal. O Estado vai continuar sendo obrigado a pagar as aposentadorias, mas não mais terá arrecadação para isso. Será a sociedade que vai custear as despesas, estimadas em R\$ 6 trilhões, no mínimo. O trabalhador, sem dúvida, será o único a perder com esse novo modelo.

Entenda Capitalização

CAPITALIZAÇÃO (Previdência Privada)



Medidas cruéis

A proposta de Paulo Guedes, somada à lei que autoriza a terceirização indiscriminada e ao projeto de reforma trabalhista para cortar direitos consolidados há mais de 70 anos, atende aos interesses dos empresários e do mercado financeiro.

A PREVIDÊNCIA É PERVERSA TRABALHADORA

*... pela equipe econômica do governo de extrema direita de
... como o aumento da idade mínima e a capitalização,
...ões de brasileiros e os mais pobres serão os mais prejudicados.*

da as diferenças da ão e da Repartição

REPARTIÇÃO (Previdência Social)



Trabalhador tem benefício descontado em folha de pagamento



Dinheiro integra um fundo único para manutenção das aposentadorias



Todo dinheiro serve para cobrir os aposentados



Trabalhador se aposenta de acordo com as regras vigentes, como tempo de contribuição e idade

Essas cruéis medidas implantam a barbárie nas relações de trabalho: aumenta a informalidade, eliminam milhões de postos de trabalho com carteira assinada, reduz a arrecadação previdenciária e, por consequência, compromete o custeio da seguridade social.

TRABALHADORES FARÃO RESISTÊNCIA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Uma plenária nacional em defesa da aposentadoria e da Previdência vai acontecer no dia 20 de fevereiro, quando será deliberado um plano de lutas. A decisão é das centrais sindicais: CUT, Força Sindical, CTB, Intersindical, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas e CSB. Até lá, deve ser realizada uma agenda de mobilização nas bases, com assembleias nas categorias e plenárias estaduais, para organizar a resistência da classe trabalhadora contra a proposta de reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PSL/RJ).

As propostas sinalizadas pela equipe econômica do governo, como o aumento da idade mínima e a capitalização da Previdência, praticamente acabam com o direito à aposentadoria de milhões de brasileiros. “E isso nós não podemos permitir. Vamos construir a resistência, organizar os trabalhadores e dialogar com a sociedade sobre os riscos das propostas sinalizadas pelo governo”, diz o presidente da CUT, Vagner Freitas.

A resistência deve ser construída a partir da base e os sindicatos têm o papel central na construção desse processo. Os sindicatos irão construir essa resistência indo para as bases, marcando assembleias, construindo a organização da luta. As demandas e as deliberações dos trabalhadores serão a base do que será definido na plenária do dia 20.

A batalha contra a reforma da Previdência é o que definirá como será a luta de resistência da classe trabalhadora no atual governo. Vale ressaltar, que é importante dialogar também com todos os setores da sociedade intensificando as mobilizações do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, que são fundamentais para estabelecer esse diálogo.

CAPITALIZAÇÃO É TRAGÉDIA PARA OS TRABALHADORES – Na reunião das centrais foi rechaçada a proposta de regime de capitalização da Previdência, que Bolsonaro quer adotar no Brasil para, segundo ele, resolver o rombo nas contas públicas. O mesmo modelo foi adotado no Chile na década de 1980 e hoje, quase 40 depois, o resultado foi o empobrecimento e a miséria dos idosos chilenos. Aproximadamente 91% dos aposentados recebem benefícios de cerca de meio salário mínimo do país, o equivalente a, em média, R\$ 694,00 – o piso nacional do Chile é de 288 pesos, ou R\$ 1.575,66.

BANCOS PÚBLICOS SÃO ESSENCIAIS PARA A SOBERANIA DA NAÇÃO



“Se tivermos esse movimento de diminuição dos bancos públicos para que os privados ocupem mais largamente o mercado, as resultantes serão a concentração de riqueza e retirada do Estado das condições para impulsionar o desenvolvimento da sociedade. Isto nunca aconteceu antes no Brasil, e eu ousaria a dizer, em nenhum país do mundo”, disse o governador maranhense, Flávio Dino (PCdoB), dia 14/1, no primeiro evento de 2019 da série “Diálogos Capitais”, em São Luís, promovido pela revista Carta Capital e a Federação Nacional das Associações de Empregados da Caixa (Fenae). O tema foi “Bancos públicos sob ataque: desafios, riscos e perspectivas”.

Segundo Dino, por trás do objetivo ideológico contra os bancos públicos, está o discurso, consolidado nos últimos anos, segundo o qual “o que é público é corrupto e ineficiente, e o que é privado, é limpinho e eficiente”. O problema é que os holofotes que procuram iluminar a corrupção focam apenas a política, os políticos, o público e o Estado. “E às vezes a esquerda, o pensamento progressista embarca nessa armadilha ideológica. Se isto fosse verdade, que o sistema público é corrupto e ineficiente por natureza, ninguém estaria se ocupando em destruí-lo, porque as próprias leis de mercado obteriam este resultado”.

O governador do Maranhão ironizou os cidadãos que nos últimos anos foram às ruas vestidos de verde e amarelo contra o governo de Dilma Rousseff e a esquerda de modo geral. Ele dirigiu-se ao “cidadão brasileiro que acredita no Brasil, e que veste verde e amarelo por dentro e por fora, que não é só o retoricamente brasileiro que bate continência para os Estados Unidos” (referência ao conhecido gesto do presidente Jair Bolsonaro). “Os bancos públicos são essenciais para uma nação soberana”, acrescentou.

O presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, destacou que os números são a prova de que o desmonte dos bancos públicos significariam a retirada de ferramentas importantes para fomentar o desenvolvimento. De acordo com ele, hoje, nos 217 municípios do estado do Maranhão, a Caixa Econômica está presente em praticamente todos, com programas, como Bolsa Família, financiamentos, entre outros. “A cadeia habitacional alavanca milhões de empregos com muita rapidez e ao mesmo tempo permite que as pessoas tenham condições de vida, de moradia e de financiamento melhores”, disse.

SOB PRESSÃO NO BRADESCO GERENTES SÃO CONSTRANGIDOS A TIRAR SELFIES COM CLIENTES

O Bradesco implementou uma nova ação que está causando mal estar entre os bancários. Inicialmente chamada de Agita Quarteirão, a ação consiste em prospectar negócios e ampliar a base de clientes por parte de gerentes PF e PJ do banco. O problema é que, além da pressão por metas exorbitantes, os funcionários estão tendo de tirar uma selfie com o cliente em questão, causando constrangimento em ambas as partes.

Segundo denúncia, os gerentes PJ e PF vão para a rua visitando estabelecimentos próximos à agência, convidando a abrir conta. Quem já teve conta no Bradesco e migrou para outro banco é questionado sobre o motivo, se foi pela tarifa, aí o gerente vê a oferta do concorrente e tenta cobri-la.

E ainda tem que mandar uma planilha em separado dizendo o que você fez no dia. As visitas são estipuladas e dão bases para o trabalho de prospecção de clientes, segundo denunciou uma bancária, que disse haver diretores e gerentes regionais que ainda pressionam a tirar foto das visitas e mandar para eles. É um constrangimento, tanto para o cliente como para os funcionários.

O movimento sindical, em contato com a direção do banco, cobrou o fim dessa ação. O Bradesco se comprometeu a resolver o problema e afirmou que já havia entrado em contato com os diretores regionais e os orientado nesse sentido. No entanto, em São Paulo, por exemplo, nos dias seguintes, o Sindicato continuou a receber relatos e denúncias de que continuavam as cobranças pelas selfies.



“São impressionantes as ações para exigir o cumprimento das metas. Vamos continuar a exigir o fim das metas abusivas e melhores condições de trabalho, visando reduzir a sobrecarga e o estresse entre os bancários”
Gabriel Rochinha,
diretor do SEEB/CE

Breves

Para Toffoli, ação contra fim do MTE não é urgente

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, considerou que não havia urgência em uma ação que questiona a extinção do Ministério do Trabalho. Assim, a decisão caberá ao relator da ação, Ricardo Lewandowski, apenas a partir de 1º/2, quando o Judiciário retorna de recesso. A Ação foi ajuizada pelo PDT. Por meio da Medida Provisória (MP) 870, o governo Bolsonaro, entre outras ações, acabou com o Ministério do Trabalho e distribuiu suas atividades por outras áreas. Entretanto, o PDT alega que a organização ministerial, em um Estado democrático de direito, deve considerar o valor social do trabalho e da dignidade humana, um princípio constitucional. Nesse sentido, acabar com o Ministério do Trabalho estaria ferindo um item da própria Carta de 1988.

Declarações machistas de novo presidente do BB preocupam

O novo presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, nem bem assumiu o cargo e já causa preocupações para as funcionárias. Isso porque seu histórico de postagens no Facebook é carregado de misoginia, machismo e preconceito contra mulheres. O BB vem a algum tempo promovendo políticas de equidade de gênero, inclusive em processos seletivos, apesar desta equidade ainda não ter alcançado os cargos mais altos. Por cobrança da Contraf e dos sindicatos, o tema sempre está em mesas de negociação e tem conquistado avanços. Além disso, metade do corpo funcional do BB é composto por mulheres, e muitas têm expressado preocupação por ter um presidente com o histórico de Rubem a frente do banco.

BANCO DO BRASIL SINDICATO APOIA DÉBORA FONSECA PARA CAREF BB. SEGUNDO TURNO SERÁ DE 25 A 31/1

O Sindicato dos Bancários do Ceará e a Contraf-CUT apoiam Débora Fonseca (F2331616) para o Conselheiro de Administração Representante dos Funcionários (Caref) do Banco do Brasil. No primeiro turno, Débora Fonseca, ficou em primeiro lugar na votação, com 11.178 votos e vai disputar o segundo turno com Jair Miller, executivo do BB, que teve 3.290 votos. A votação acontece de 25 a 31/1, pelo SisBB.

Débora Fonseca é bacharel em Comunicação Social, tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, com MBA em Gestão Bancária

e Finanças Corporativas, CPA-10 e CPA-20. “Nós, que trabalhamos diariamente para fortalecer o banco e conquistar clientes, conhecemos a realidade de cada agência, de cada localidade e de cada segmento da economia e precisamos ser ouvidos pela direção. Se eleita, vou exercer o mandato em interação permanente com os funcionários e com suas entidades representativas para identificar as dificuldades vividas no dia-a-dia, verificar as demandas dos funcionários e encaminhá-las à superior administração do banco”, afirma Débora.



VEJA AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE DÉBORA FONSECA

- Defender o BB como instituição pública a serviço da sociedade;
- Contra o desmonte e privatização do banco e a venda de suas subsidiárias;
- Melhorar a estrutura da rede de atendimento e ampliar a presença do BB em todo o país;
- Defender que o BB atue como moderador do spread bancário e financie a atividade econômica com taxas de juros menos onerosas;
- Trabalhar pela valorização permanente dos funcionários;
- Atuar junto com os funcionários e suas entidades representativas para preservar postos de trabalho, salários e direitos;
- Defender políticas de equidade de gênero e igualdade de oportunidades para todos;
- Defender a Cassi e a Previ e sua extensão a todos os funcionários;
- Defender as propostas dos funcionários no Conselho de Administração;
- Ajudar no combate ao assédio moral.

BNB: SINDICATO RETIRA AÇÃO DA GREVE GERAL E POSSIBILITA INCLUSÃO DE 160 COLEGAS NA LISTA DE PROMOÇÕES

Cento e sessenta colegas do Banco do Nordeste do Brasil lotados na base de representação sindical do Sindicato dos Bancários do Ceará serão adicionados à lista de promoções divulgada semana passada pela Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil.

A inclusão somente foi possível após negociação entre o Sindicato e o BNB que resultará na extinção mediante acordo a

ser homologado na Justiça do Trabalho da ação que contestava a aplicação de falta aos colegas que participaram da greve geral do dia 28 de abril de 2017 (Ação Civil Coletiva Nº 0000794-75.2017.5.07.0011).

A minuta da petição visando acordo com o Banco, a ser homologada na Justiça, foi encaminhada ao jurídico do BNB para ver se há concordância com todos os termos. Segue a petição:

ACORDO JUDICIAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DO ESTADO DO CEARÁ – SINTRAF/CE e BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, já devidamente qualificados nos autos processo supra-referenciado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de petição conjunta, requerer a homologação judicial de ACORDO entabulado pelas partes, nos termos a seguir expendidos:

Cláusula 1º

O Banco do Nordeste do Brasil, parte ré, compromete-se a abonar as faltas funcionais de todos os empregados que aderiram à greve geral ocorrida no dia 28 de abril de 2017, e que se encontravam, à época, dentro no âmbito territorial de representação da entidade sindical autora, retirando quaisquer restrições funcionais decorrentes do registro da mencionada falta no sistema informativo interno, inclusive para fins de promoções funcionais.

Cláusula 2º

Em contrapartida, pactua-se que não haverá qualquer tipo de pagamento ou indenização quanto ao desconto das mencionadas faltas, ficando isento, o demandado, de qualquer obrigação de natureza condenatória advinda da presente ação civil coletiva.

Fortaleza, 17 de janeiro de 2019

O Sindicato e o Banco têm até o dia 31 de janeiro próximo para conseguir a homologação do Acordo na Justiça, a fim de que as promoções

sejam efetivadas plenamente para todos os colegas que até então haviam sido excluídos da lista de promoções por conta da falta da greve.



“As promoções concedidas pelo Banco a cada ano são resultado de acordo coletivo específico que reimplantou o Plano de Cargos e Remuneração (PCR), extinto na gestão de Byron Queiroz. Esse PCR garante promoções por mérito e tempo de serviço a cada dois anos no percentual de 4%”.

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional (CNFBNB)

TOUTROS TOQUES

Inadimplência cresce em 2018

O Brasil encerrou o ano de 2018 com um avanço de 4,41% no número de consumidores com contas em atraso, na comparação com 2017, de acordo com dados do Indicador de Inadimplência da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do SPC Brasil. Esta foi a maior elevação desde 2012, quando a inadimplência cresceu 6,8%.

Flexibilização da posse de armas

Com a assinatura de Jair Bolsonaro do decreto que flexibiliza a posse de armas no Brasil, dia 15/1, entidades da sociedade civil e especialistas em segurança pública preparam a resistência contra o acesso facilitado às armas no país. A ideia é reunir diversos setores para chamar a atenção da sociedade sobre as possíveis consequências de armar a população. O Instituto Sou da Paz é uma dessas entidades e iniciará uma campanha nacional para reforçar o entendimento de que o combate à violência e ao crime se dá por meio de investimento em segurança, e não armando a população. A campanha vai afirmar, por exemplo, que a política de Bolsonaro pode ser fatal nos casos de violência doméstica.

Vício em Redes Sociais

Estudo de pesquisadores da Universidade de Michigan (EUA) mostrou relações entre o uso de redes sociais, mais especificamente o Facebook, e o comportamento de pessoas viciadas. De acordo com os pesquisadores, o excesso de redes sociais afetaria a capacidade de julgamento das pessoas no momento de escolhas mais benéficas. Outro estudo de pesquisadores da Universidade de San Diego sugeriu relação entre tempo de aplicações em computadores e videogames e queda no bem-estar de jovens.